Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32016

ORALIDADE E ESCRITA: DA PERSPECTIVA DICOTÔMICA ÀS PRÁTICAS SOCIAIS DA LINGUAGEM

ORALITY AND WRITING: FROM THE DICHOTOMOUS PERSPECTIVE TO THE SOCIAL PRACTICES OF LANGUAGE

Maria Araújo de Sousa[1]
Valda Ribeiro da Cruz Silva[2]
Elias Sales Ferreira[3]
Raimundo Simas Abreu Neto[4]
Flávio Oliveira Viana[5]
Maria Alice Nascimento dos Santos[6]

RESUMO: A relação entre oralidade e escrita é um tema relevante para os estudos linguísticos, especialmente no que diz respeito à compreensão das práticas de linguagem e às suas implicações para o ensino de língua portuguesa. Historicamente, essas modalidades foram interpretadas a partir de perspectivas que enfatizavam suas distinções e, em determinadas abordagens, atribuíam à escrita uma posição de supremacia em relação à fala. Entretanto, o desenvolvimento dos estudos linguísticos e das pesquisas sobre letramento contribuiu para a construção de perspectivas que reconhecem as especificidades de cada modalidade, bem como suas relações de continuidade e complementaridade. Com base nisso, este estudo tem como objetivo discutir as transformações nas concepções teóricas sobre a relação entre oralidade e escrita, considerando desde as interpretações historicamente consolidadas até as abordagens que compreendem a linguagem como prática social. Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre oralidade, escrita, gêneros textuais e letramento. A discussão evidencia que a compreensão dessas modalidades exige superar interpretações rígidas e considerar as condições de produção, circulação e recepção dos discursos. Conclui-se que oralidade e escrita devem ser compreendidas como modalidades distintas, mas inter-relacionadas, cujos usos são condicionados pelas práticas comunicativas e pelos contextos socioculturais em que se realizam.

Palavras-chave: Oralidade. Escrita. Gêneros textuais. Práticas sociais. Letramento.

ABSTRACT: The relationship between orality and writing is a relevant topic in linguistic studies, especially regarding the understanding of language practices and their implications for the teaching of Portuguese. Historically, these modalities were interpreted from perspectives that emphasized their differences and, in some approaches, attributed to writing a position of supremacy over speech. However, the development of linguistic studies and research on literacy has contributed to the

[1] Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Piauí (PPGEL). Professora da Rede Estadual de Educação do Maranhão.
[2] Mestra em Educação (PPGEEB/UFMA). Professora da Rede Municipal de Ensino de Alto Alegre do Pindaré/MA.
[3] Mestrando em Educação (PPGEPE/UFMA). Professor da Rede Municipal de Ensino de Alto Alegre do Pindaré/MA.
[4] Mestre em Educação (PPGEEB/UFMA). Professor da Rede Municipal de Ensino de Alto Alegre do Pindaré/MA.
[5] Mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA, 2023). Diretor de Gestão do Consórcio Intermunicipal Multimodal (CIM).
[6] Mestranda em Educação (PPGEPE/UFMA). Professora da Rede Municipal de Ensino de Alto Alegre do Pindaré/MA.

construction of perspectives that recognize the specificities of each modality, as well as their relations of continuity and complementarity. On this basis, this study aims to discuss the transformations in theoretical conceptions of the relationship between orality and writing, considering everything from historically consolidated interpretations to approaches that understand language as a social practice. Methodologically, a bibliographic, qualitative study is carried out, grounded in studies on orality, writing, textual genres and literacy. The discussion shows that understanding these modalities requires overcoming rigid interpretations and considering the conditions of production, circulation and reception of discourses. It is concluded that orality and writing should be understood as distinct but interrelated modalities, whose uses are conditioned by communicative practices and by the sociocultural contexts in which they take place.

Keywords: Orality. Writing. Textual genres. Social practices. Literacy.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem representa uma dimensão fundamental da vida social, uma vez que possibilita a interação entre os sujeitos, a produção de conhecimentos e a construção de sentidos nas diferentes situações comunicativas. Nesse processo, a oralidade e a escrita ocupam posições relevantes, configurando modalidades de uso da língua que se realizam de acordo com propósitos, interlocutores e contextos específicos.

Apesar de ambas integrarem as práticas de linguagem, a relação entre oralidade e escrita foi historicamente marcada por interpretações que procuravam estabelecer diferenças rígidas entre essas modalidades. Em determinadas perspectivas, a fala foi associada à informalidade, à espontaneidade e à ausência de planejamento, enquanto a escrita foi relacionada à organização, à formalidade e ao desenvolvimento intelectual. Essa interpretação contribuiu para a consolidação de uma hierarquia entre as modalidades, frequentemente acompanhada da valorização da escrita em detrimento da oralidade.

O desenvolvimento dos estudos linguísticos, contudo, possibilitou questionar essa compreensão. Pesquisadores como Marcuschi (2001, 2010) destacam a importância de analisar a relação entre fala e escrita considerando os gêneros textuais, as práticas comunicativas e as condições sociais de uso da língua. Sob esse prisma, as diferenças entre as modalidades não podem ser explicadas exclusivamente por características linguísticas isoladas, uma vez que os usos da linguagem dependem também das finalidades comunicativas e das situações em que os discursos são produzidos.

Essa discussão adquire especial relevância no campo educacional, pois as concepções assumidas sobre a relação entre oralidade e escrita influenciam as práticas de ensino de língua portuguesa. Quando a fala dos estudantes é interpretada apenas como fonte de inadequações

para a escrita, corre-se o risco de desconsiderar a diversidade linguística e os conhecimentos construídos nas experiências cotidianas de comunicação.

Diante dessas questões, este artigo tem como objetivo discutir o percurso das concepções teóricas sobre oralidade e escrita, examinando a passagem de interpretações dicotômicas para perspectivas que reconhecem a relação entre essas modalidades no contexto das práticas sociais da linguagem.

Para alcançar esse objetivo, o texto está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, discutem-se aspectos históricos da escrita e sua relação com a linguagem oral. Em seguida, abordam-se as concepções que estabeleceram uma oposição entre as modalidades. Posteriormente, examina-se a perspectiva do contínuo tipológico dos gêneros textuais. Por fim, discutem-se as relações entre oralidade, escrita e letramento, considerando suas implicações para a compreensão dos usos sociais da língua.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, voltada à discussão das concepções teóricas sobre a relação entre oralidade e escrita. A pesquisa bibliográfica possibilita examinar contribuições de diferentes autores, estabelecer aproximações entre perspectivas teóricas e identificar mudanças na compreensão de determinado fenômeno.

O percurso analítico concentra-se em três eixos: a construção histórica das relações entre oralidade e escrita; a crítica às abordagens que concebem essas modalidades como polos opostos; e a compreensão de seus usos a partir dos gêneros textuais e das práticas sociais de linguagem.

Entre as contribuições teóricas mobilizadas, destacam-se os estudos de Marcuschi sobre as relações entre fala, escrita e letramento, bem como as discussões de Street acerca dos modelos de letramento. Também são consideradas as reflexões de Kato sobre a escrita e suas relações com a linguagem oral, além das contribuições de Botelho para a compreensão da complementaridade entre essas modalidades.

A análise desenvolve-se por meio da articulação conceitual entre essas contribuições, buscando compreender como diferentes perspectivas teóricas explicam as relações entre fala e escrita e quais consequências decorrem dessas interpretações para os estudos da linguagem e o ensino de língua portuguesa.

3 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A ORALIDADE

Esteves (2014) explica que desde os tempos mais remotos a relação historicamente estabelecida entre oralidade e escrita não foi de simples transição harmônica e contínua da capacidade de oralizar para a possibilidade de registrar a fala, bem como fazer toda sorte de registros.

Para Desbordes as origens dessa pretensa confusão remontam à antiguidade, que legou uma gramática e não uma linguística. Essa gramática (gramatike) se caracteriza a priori por ser uma ciência das letras, do aprendizado da leitura e da escrita e, até mesmo em sua acepção mais recente de ciência da língua, ainda está fortemente ligada à língua escrita. Isso pode explicar, certamente, o grande prestígio que essa modalidade representou durante séculos da história.

Esteves (2014) utiliza-se das palavras de Jorge Luís Borges (1999) para ressaltar que na Antiguidade, o livro, representante maior da escrita, não era cultuado como os discursos orais, de modo que a famosa frase latina *Scripta manent, verba volant* , isto é, o escrito fica, as palavras voam, apresentava uma acepção diferente para os antigos. Por outro lado, palavras orais tinham "algo de alado, de leve" e não representavam algo efêmero, mas sim vivas e plenas de poder e de ação. Dessa forma, "o referido provérbio, resultado da tradição escrita, pode ser desmentido ao se considerar a inegável influência da oralidade nos processos de sedimentação da escrita" (p. 25).

Ao discutir a história da escrita, Kato (1986) explica que em Platão é possível verificar essa autoridade dada à linguagem oral, enquanto a escrita é vista numa condição de inferioridade: "O próprio Platão toma o aspecto interpessoal da escrita como um traço inferior, atribuindo a insuficiência dessa modalidade à falta de contato pessoal" (p 34).

Esteves (2014), ao reportar-se a Ong (2011), acrescenta que esse filósofo grego, em sua obra Fedro, fez severas críticas à escrita, chegando a considerar esta uma forma não humana e mecânica de processar o conhecimento, insensível a dúvidas e destruidora da memória". A reflexão de Platão está relacionada "às implicações advindas de uma nova forma de processamento do conhecimento, que até então acontecia por meio das possibilidades orais. O conhecimento adquirido tinha que ser sempre repetido a fim de não se perder" (ESTEVES,2014, p.23).

Essa concepção de escrita como mera representação da fala é observada também em Aristóteles. Olson (1997) indica que desde a época desse filósofo (nascido em 384 a.C), entende-se a escrita como um recurso gráfico destinado a transcrever a fala. Em um trecho de sua obra

De Interpretatione, encontram-se afirmações do tipo "As palavras escritas são símbolos ou signos de afeições ou impressões da alma; as palavras escritas são signos das palavras faladas" (p.82).

Nesse sentido, pode-se depreender que no decorrer da evolução da humanidade é possível observar em muitos textos a língua oral com um lugar de destaque. Assim, embora não se desconsidere a importância da escrita, ela aparece em muitos casos apenas como uma simples e fiel representação da oralidade.

Hhiss e Puech (1996) citam Aroux (1979) para explicar que no século XIII não se contenta em opor língua escrita e língua falada fazendo da segunda apenas uma representação da primeira, por entenderem que a escrita tem uma natureza complexa, capaz de possuir uma existência autônoma. Não obstante, esses mesmos autores salientam que o uso repetitivo da palavra representação, além de outras questões, leva a crer que é de fato uma secundarização da escrita que a época clássica prevê.

Parece pertinente afirmar que Saussure também chegou a compactuar com a ideia de escrita enquanto representação da fala. Em uma passagem do Curso de linguística Geral (CLG), é possível observar que Saussure aproxima a escrita da noção de representação da fala, além de concebê-la como algo exterior. E essa ideia de exterioridade, de dissimulação, explicaria o prestígio que ganhou a palavra escrita, uma vez que se tende a valorizar o caráter de permanência e solidez que simbolizam as palavras em sua forma gráfica.

Olson (1997) chama a atenção para o fato de Bloomfield ter sido outro linguista estruturalista, que assim como Saussure, sustenta essa ideia defendida por Aristóteles, uma vez que Bloomfield identificava a fala com a língua, vendo a escrita apenas como uma forma de representar aquela.

Fávero, Andrade e Aquino (2003) compartilham dessa ideia ao pontuarem que para Bloomfield "a escrita não é a linguagem, mas uma forma de gravar a linguagem por marcas visíveis" (p. 10). Nesse caso, percebe-se que prevalece essa ideia de escrita como representação da fala, vendo esta como primária e aquela como secundária.

Olson (1997) ainda explica que essa postura é possível ser encontrada até mesmo em autores mais recentes. De acordo com esse autor, Mattingly (1972), por exemplo, defende que a escrita é uma simples cifra superposta à fala. Esse autor critica essa visão dos antigos, por estes entenderem a escrita como simples transcrição da fala, ao defender que os sistemas de escrita conseguem captar apenas algumas propriedades do que foi falado. Isso quer dizer que há muitos 46 aspectos na fala que a escrita não pode representar, entre os quais se pode citar os gestos, as mímicas, entre outros.

Ao estudar a história da escrita, Kato (1986) evidencia que foi somente no século II d. C que a ela foi legitimada, através de Irineus que propunha essa modalidade como um suporte para a tradição oral. Posteriormente, a Igreja, através da reforma protestante de Lutero, contestou a autoridade do oral, além de postular a Bíblia como a fonte verdadeira do conhecimento.

Sobre essa oposição entre a fala e a escrita apresentada em alguns momentos da história, é importante lembrar que a maioria dessas pesquisas mais antigas sobre a linguagem oral e a linguagem escrita foi feita baseada em textos de conversação espontânea, isto é, da fala, em comparação com textos em prosa expositiva, da escrita. Essa comparação, sem dúvidas, é inconveniente, tendo em vista que são representantes distintos que se opõem completamente tanto por pertencerem a fenômenos discursivos a priori distintos quanto por pertencerem a gêneros diferentes, cujos processos de produção, condição de produção e objetivos, entre outros elementos, se distinguem completamente (BOTELHO, 2012).

Botelho (2012) enfatiza, ainda, que a comparação entre a linguagem oral, usando como representante uma conversa informal entre amigos, e a linguagem escrita, cujo representante é um artigo acadêmico, apenas pelo fato de os dois casos serem modalidades discursivas da língua, é totalmente inconveniente, pois, sem dúvidas, seria provado que são modalidades diferentes.

Numa visão geral, mostra-se evidente que no decorrer da história a fala esteve muitas vezes em posição de privilégio. No entanto, sabe-se que pela forma como a escrita se impôs nas sociedades, em especial a literária, muitos autores chegaram a defendê-la como a verdadeira forma de linguagem, enquanto a fala aparece como instável, não podendo configurar um objeto de estudo. Ainda sobre essa oposição rígida que muitos autores insistiram em colocar a fala e a escrita, o tópico que segue focará essas duas modalidades enquanto dicotomias.

4 DA OPOSIÇÃO À INTER-RELAÇÃO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE FALA E ESCRITA

4.1 A tradição dicotômica e a valorização da escrita

Durante muito tempo, as análises sobre oralidade e escrita foram organizadas a partir de uma perspectiva dicotômica, isto é, uma abordagem que enfatizava a oposição entre as duas modalidades. Nessa interpretação, a fala era frequentemente associada à informalidade, à fragmentação, à repetição e ao planejamento reduzido, enquanto a escrita era caracterizada pela elaboração, pela organização sintática e pela possibilidade de revisão.

Koch (2004), ao criticar essas características distintivas que ainda são frequentes entre a fala e a escrita, defende que essas diferenças nem sempre distinguem as duas modalidades, uma vez que não se pode desconsiderar a existência de uma escrita informal que se aproxima da fala, bem como uma fala formal bem próxima da escrita. Nesse sentido, a autora defende que seria mais conveniente dizer que a escrita formal e a fala informal constituem os polos dentro de um mesmo contínuo que envolve variados tipos de interação verbal.

É importante salientar que essa oposição contribuiu para estabelecer uma hierarquia entre as modalidades, atribuindo à escrita um prestígio social e cultural que nem sempre era reconhecido à oralidade. A associação entre escrita, escolarização e conhecimento formal reforçou a compreensão de que o domínio da modalidade escrita representaria um estágio superior de desenvolvimento linguístico.

Marcuschi (2010), ao discutir as perspectivas de análise das relações entre fala e escrita, evidencia as limitações de interpretações que atribuem características fixas e opostas a essas modalidades. Uma análise baseada exclusivamente em dicotomias tende a desconsiderar a diversidade dos usos linguísticos e a complexidade das situações comunicativas.

A fala, por exemplo, não é necessariamente desorganizada ou desprovida de planejamento. Uma exposição acadêmica oral, uma conferência ou um pronunciamento público podem apresentar elevado grau de elaboração, organização argumentativa e monitoramento linguístico. Da mesma forma, determinados textos escritos, como mensagens instantâneas e anotações pessoais, podem apresentar características de informalidade e proximidade com a conversação cotidiana.

Esses exemplos demonstram que não é adequado estabelecer uma correspondência direta entre oralidade e informalidade, de um lado, e escrita e formalidade, de outro. As características dos discursos dependem de fatores como o gênero textual, os interlocutores, os objetivos comunicativos e o grau de planejamento exigido pela situação.

A crítica à perspectiva dicotômica não implica negar as diferenças entre fala e escrita. Seu propósito é questionar a transformação dessas diferenças em critérios absolutos de classificação e hierarquização.

4.2 O contínuo tipológico dos gêneros textuais

Como alternativa às interpretações rigidamente dicotômicas, os estudos de Marcuschi (2001, 2010) contribuem para compreender as relações entre fala e escrita a partir da noção de contínuo tipológico. Essa perspectiva considera que as modalidades podem apresentar

diferentes graus de proximidade e distanciamento, dependendo dos gêneros textuais e das condições em que são produzidos.

A noção de contínuo permite reconhecer que existem textos orais altamente planejados e textos escritos marcados por características próximas da conversação. Assim, em vez de organizar todos os discursos em dois grupos absolutamente separados, torna-se possível analisar as diferentes configurações assumidas pela linguagem nas práticas comunicativas.

Uma entrevista de emprego, por exemplo, embora seja realizada oralmente, apresenta convenções sociais, expectativas de formalidade e formas de organização que influenciam a escolha linguística dos participantes. Em sentido semelhante, uma mensagem escrita enviada a um familiar pode reproduzir marcas de proximidade, espontaneidade e informalidade características de determinadas interações orais.

Entre esses exemplos, existem inúmeros gêneros que combinam características diversas, demonstrando que as modalidades não podem ser compreendidas de maneira independente das situações de comunicação. Nesse sentido, Botelho (2012) afirma que no contínuo tipológico há gêneros orais e escritos muito próximos, assim como há gêneros muito distintos e isso se dá por não existir uma homogeneidade na relação entre essas modalidades da língua

O contínuo tipológico também permite deslocar a análise das diferenças estruturais isoladas para o funcionamento efetivo da linguagem. A questão deixa de ser apenas identificar o que distingue a fala da escrita e passa a incluir a investigação de como os sujeitos mobilizam recursos linguísticos para atender às finalidades de cada gênero.

Dadas essas reflexões, depreende-se que a noção de contínuo proposta acima é bastante coerente por respaldar “a tese de que há mais semelhanças entre as modalidades discursivas da língua do que diferenças entre elas” (BOTELHO, 2012). Essa perspectiva apresenta implicações importantes para o ensino de língua portuguesa. Ao trabalhar com diferentes gêneros, o professor pode ajudar os estudantes a compreender que as escolhas linguísticas dependem das condições de produção e circulação dos textos. A aprendizagem da escrita formal, por exemplo, não exige desvalorizar as práticas orais dos estudantes, mas ampliar seus conhecimentos sobre os recursos disponíveis e as convenções pertinentes a cada situação.

4.3 Oralidade, escrita e letramento como práticas sociais

A discussão sobre a relação entre fala e escrita amplia-se quando essas modalidades são examinadas no contexto dos estudos do letramento. Nesse campo, é necessário distinguir os

conceitos de fala e escrita dos conceitos de oralidade e letramento, pois eles não designam exatamente os mesmos fenômenos.

A fala e a escrita correspondem a modalidades de uso da língua. A oralidade e o letramento, por sua vez, remetem a práticas sociais que envolvem formas culturalmente situadas de participação em atividades de linguagem (MARCUSCHI, 2010). Essa distinção permite compreender que os usos da língua não dependem apenas de propriedades estruturais, mas também dos valores, das finalidades e das relações sociais que os constituem.

Os estudos de Street (2014) são relevantes para essa discussão ao problematizarem interpretações que tratam o letramento como uma habilidade exclusivamente técnica, cujos efeitos decorreriam automaticamente do domínio da escrita. Em contraposição a essa perspectiva, o autor destaca a importância de considerar os contextos culturais e ideológicos nos quais as práticas de leitura e escrita se desenvolvem.

Nessa direção, o letramento não se restringe à aquisição de competências individuais. Ele envolve a participação dos sujeitos em práticas sociais nas quais os textos são produzidos, interpretados e utilizados para alcançar diferentes objetivos.

Ler uma notícia, preencher um formulário, escrever uma mensagem, participar de uma reunião ou apresentar oralmente um trabalho escolar são atividades que mobilizam conhecimentos linguísticos e expectativas sociais específicas. Em cada situação, os sujeitos precisam compreender as finalidades da interação, os interlocutores envolvidos e as convenções que orientam a produção dos discursos.

Marcuschi (2001) contribui para essa compreensão ao defender a análise da oralidade e do letramento no contexto das práticas comunicativas. Sob essa perspectiva, o estudo da linguagem deve considerar os usos concretos da fala e da escrita, evitando restringir a investigação à descrição de estruturas linguísticas isoladas.

A abordagem social do letramento também evidencia que as oportunidades de participação nas práticas de leitura e escrita são distribuídas de maneira desigual. Os sujeitos estabelecem relações distintas com a cultura escrita em função de suas trajetórias, de suas condições de acesso aos materiais e das experiências de linguagem disponíveis em seus contextos sociais.

Essa compreensão permite reconhecer que a ausência de determinadas práticas de escrita não significa ausência de linguagem ou de conhecimentos linguísticos. Os sujeitos participam de diferentes práticas comunicativas, e a escola tem o papel de ampliar suas possibilidades de

atuação, garantindo o acesso aos usos da escrita socialmente valorizados sem deslegitimar suas experiências anteriores.

Portanto, analisar a relação entre oralidade e escrita a partir das práticas sociais implica considerar não apenas as formas linguísticas, mas também os contextos de produção, as relações entre os participantes e os sentidos atribuídos às atividades comunicativas.

5 IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

As diferentes concepções sobre a relação entre oralidade e escrita repercutem diretamente nas práticas pedagógicas. Quando essas modalidades são tratadas como sistemas rigidamente opostos, o ensino tende a valorizar a escrita como modelo de correção e a interpretar as características da fala dos estudantes como problemas que precisam ser eliminados.

Essa orientação pode contribuir para a desvalorização de variedades linguísticas e para a reprodução de preconceitos relacionados às formas de expressão dos grupos sociais. A presença de características da oralidade em textos escritos, por exemplo, não deve ser automaticamente interpretada como evidência de desconhecimento linguístico. É necessário examinar as características observadas, o gênero produzido, as condições de elaboração e as convenções que orientam a escrita naquela situação.

Isso não significa desconsiderar a importância do ensino da ortografia, da pontuação, da organização sintática ou dos mecanismos de coesão. Significa compreender que a aprendizagem desses recursos deve ocorrer de maneira contextualizada, considerando as finalidades comunicativas e as características dos gêneros textuais.

Uma prática pedagógica orientada por essa compreensão pode promover atividades que articulem fala e escrita, como entrevistas seguidas de produção de reportagens, debates que resultem na elaboração de artigos de opinião, exposições orais baseadas em pesquisas escritas e retextualizações que evidenciem as transformações necessárias à passagem de um gênero para outro.

Nessas atividades, os estudantes podem perceber que produzir um texto escrito a partir de uma interação oral não consiste simplesmente em substituir palavras ou corrigir expressões. O processo envolve reorganizar informações, selecionar conteúdos, explicitar relações de sentido e adequar o texto aos objetivos comunicativos.

Além disso, o trabalho pedagógico com a oralidade precisa superar a ideia de que falar é uma habilidade espontânea que dispensa ensino sistemático. Participar de debates, apresentar

seminários, argumentar publicamente e realizar entrevistas são atividades que exigem conhecimentos específicos e podem ser desenvolvidas por meio de intervenções planejadas.

Ao mesmo tempo, o ensino da escrita deve possibilitar a ampliação das experiências dos estudantes com diferentes gêneros e esferas de circulação social. A escola desempenha, nesse sentido, uma função importante na democratização do acesso à cultura escrita e na formação de sujeitos capazes de utilizar a linguagem de maneira crítica e adequada a diferentes contextos.

A articulação entre oralidade, escrita e letramento permite, portanto, construir uma abordagem pedagógica que reconhece a diversidade linguística, valoriza os conhecimentos dos estudantes e amplia suas possibilidades de participação social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste artigo permitiu compreender que a relação entre oralidade e escrita foi historicamente marcada por concepções que enfatizavam a oposição entre essas modalidades e, em determinadas perspectivas, atribuíam à escrita uma posição de superioridade. Entretanto, os avanços dos estudos linguísticos e das pesquisas sobre letramento contribuíram para questionar essas interpretações e ampliar a compreensão dos usos da linguagem.

A análise evidenciou que fala e escrita apresentam características próprias, mas não constituem polos absolutamente separados. A diversidade dos gêneros textuais demonstra que os discursos podem apresentar diferentes graus de planejamento, formalidade e proximidade com a interação oral, o que torna insuficiente uma classificação baseada em oposições rígidas.

A perspectiva do contínuo tipológico, associada à compreensão do letramento como prática social, possibilita analisar os usos da língua em suas condições concretas de produção e circulação. Nessa abordagem, a linguagem é compreendida como atividade socialmente situada, cujas características dependem das finalidades comunicativas, dos interlocutores e dos contextos culturais.

No campo educacional, essa compreensão reforça a necessidade de práticas pedagógicas que articulem oralidade e escrita, promovam o domínio de diferentes gêneros textuais e reconheçam a diversidade das experiências linguísticas dos estudantes. O ensino da língua portuguesa deve ampliar as possibilidades de participação dos sujeitos nas práticas sociais de linguagem, sem transformar as diferenças entre modalidades e variedades linguísticas em critérios de inferiorização.

Conclui-se, assim, que compreender a relação entre oralidade e escrita exige superar abordagens exclusivamente dicotômicas e considerar a complexidade das práticas comunicativas. Essa perspectiva contribui tanto para o aprofundamento dos estudos linguísticos quanto para a construção de um ensino de língua portuguesa mais contextualizado, reflexivo e comprometido com a ampliação das possibilidades de uso da linguagem.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Mário. José. **Entre a oralidade e a escrita**: um contínuo tipológico. Disponível em Acesso em 11, Jul. 2017.

BOTELHO, Mário. José. **Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. **O Cours de Linguistique Générale e a representação da língua pela escrita.** 43-52 p. In CATACH, Nina. **Para uma teoria da língua escrita**. São Paulo: Ática, 1996. 261 p.

DESBORDES, Françoise. **A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias da antiguidade** . 23-29 p. In CATACH, Nina. **Para uma teoria da língua escrita**. São Paulo: Ática, 1996. 261 p.

ESTEVES, Maria Virgínia Lopes Viana. **Desenvolvimento de gêneros orais na escola:** perspectivas e desafios para a docência. Dissertação de Mestrado. 2015. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL).Goiânia, 2015

FÁVERO, Leonor Lopes.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V.; AQUINO, Zilda. **Oralidade e escrita:** perspectivas para o ensino de língua materna**.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.126 p.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KOCH, Ingedore. Grunfeld. Vilaça. **A inter-ação pela linguagem**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2004. 134 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos.** In: SIGNORINI, Inês (org.). Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 23-50.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

OLSON, David. R. **O mundo do papel.** São Paulo: Ática, 1994

SOUSA, Maria Araújo de. **Influência da linguagem oral sobre a prática da escrita**: um estudo na perspectiva do letramento escolar. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais:** abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.